

# Placas denunciarão trabalho escravo em prédios de Santos

SANTOS. Prédios deverão ter avisos de alerta e como denunciar. Projeto de lei foi apresentado ontem na Câmara por Débora Camilo (Psol)

# Placas denunciarão trabalho escravo

Em parceria com a vereadora paulistana Erika Hil-ton (Psol) – negra e primei-ra trans eleita para a Câmara com mais de 50 mil votos (mais bem votada em 2020 em todo o país) - a vereadora Débora Camilo, do mesmo partido, elaborou um proje-to de lei, apresentado ontem, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placas informativas para realização de denúncias sobre trabalho em condições análogas à escravidão em todos os eleva-

dores dos prédios comerciais e residenciais de Santos. Erika é ativista dos Direi-tos Humanos, na luta por equidade para a população negra, no combate à discriminação contra a comunida-de LGBTQIA+ e pela valoriza-ção das iniciativas culturais jovens e periféricas.

### ELEVADORES.

Conforme a proposta dela e de Débora, as placas informa-tivas serão instaladas nas cabines dos elevadores, em local visível e de fácil leitura e serão confeccionadas com material plástico, acrílico ou metálico, contendo os seguintes dize-

"A situação em Santos provocou a urgência do debate sobre a escravidão contemporânea", disse Débora Camilo

res: "Ajude a combater o tra-balho escravo. Denuncie! Disque 100".

O responsável pelo edifi-cio, administrador ou síndi-co deverá divulgar e o estri-to cumprimento das normas ditadas por esta lei, sob pena de multa

JUSTIFICATIVA. Em sua justificativa, Débo-ra lembra que, em abril pasra iembra que, em aorii pas-sado, veio a público a histó-ria de uma família da cidade de Santos, que manteve uma mulher negra, de 89 anos, em situação análoga à escravidão pelos últimos 50 anos.

Segundo os relatos, a se-nhora sofria abusos de diver-sas naturezas e era impedida de sair de casa sozinha. O caso



Débora lembra que uma família de Santos manteve idosa negra em situação análoga à escravidão

foi descoberto após uma de-núncia feita por uma vizinha à Delegacia de Proteção às Pessoas Idosas, para onde en-Prosoas Idosas, para onde en-

porta saber que esta prática possui como vítima, em especial, pessoas negras, imi-grantes e refugiadas, que es-tão inseridas em situações de vulnerabilidade e marginalização social", justifica a par-lamentar santista.

## CONSTITUIÇÃO.

Débora, que é advogada, lem-bra ainda que a situação ofen-de uma série de dispositivos da Constituição Federal por promover violações ao di-reito de ir e vir, à dignidade humana e ao trabalho digno.
"Busca-se, portanto, manter
garantidos os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança

de, à igualdade, à segurança e à propriedade previstos na Constituição e inerentes à pessoa humana", explica. A parlamentar acredita que a fixação de placas nos elevadores dos prédios comerciais e residenciais da cidade permitirá a orientação e o auxilio para que eventuais denunciantes possam conhecer os melhores camiconhecer os melhores caminhos para agir diante dessas situações e garantir que as vítimas sejam resgatadas o quanto antes. (Carlos Ratton)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 3